



**"ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE TEMAS
ACTUAIS DE ECONOMIA EUROPEIA"**

*António Romão
Carla Guapo Costa*

Documento de Trabalho N° 2/99

CEDIN - Centro de Estudos de Economia Europeia e Internacional
ISEG / UTL
Rua Miguel Lupi n° 20
1249-078 Lisboa
e-mail: cedin@iseg.utl.pt

I. S. E. G.
Biblioteca
Serial
131/2/98

Documento de Trabalho



Algumas Reflexões sobre Temas Actuais de Economia Europeia

António Romão*
Carla Guapo Costa**

* Professor Catedrático do ISEG/UTL. Investigador do CEDIN

** Assistente do ISCSP/UTL. Investigadora do CEDIN

Nota: Este Documento de Trabalho resulta da Comunicação apresentada pelos Autores no 2º Encontro Internacional sobre Economia Europeia, realizado pelo CEDIN, em 11 e 12 de Dezembro de 1998.



Resumo:

O texto apresentado procura reflectir sobre alguns dos desafios por que passa actualmente o processo de integração na Europa, num ambiente de crescente Globalização que caracteriza a economia e sociedade dos nossos dias.

São analisadas algumas das principais consequências que decorrem da prossecução dos dois grandes projectos em que estão envolvidos os países que constituem a União Europeia, num contexto que consideramos apresentar sintomas de alguma insuficiência teórica:

- **Aprofundamento**, traduzido na criação da União Económica e Monetária, e suas implicações sobre o Modelo Social Europeu, nomeadamente as que decorrem da adopção do Pacto de Estabilidade e Crescimento.
- **Alargamento**, traduzido na previsível adesão à União Europeia de alguns Países da Europa Central e Oriental, que implicará, necessariamente, entre outros aspectos, uma reforma da Política Agrícola Comum e uma redefinição das Perspectivas Financeiras para o início do próximo século.



Abstract:

This Working-Paper aims to provide some discussion on the challenges faced by the European Integration, in a context of a highly globalized world economy.

The european countries involved in the integration process are confronted with the consequences derived from the process itself, in a context, the authors believe, that lacks some theoretical consistence and guidance.

The analysis is conducted in a two-way basis:

- Deepening - which includes the constitution of the Economic and Monetary Union and its implications on the European Social Model;
- Enlargement - reflecting all the advantages and contradictions of the future accession to the European Union of some Eastern and Central European Countries, and its consequences on important issues, such as the reform of the Common Agricultural Policy or the Financial Perspectives of the Union for the beginning of the next century.

Key-Words: European Economy; Economic and Monetary Union; Deepening; Enlargement; Globalization.

" L'Europe ne se fera d'un coup, ni dans une construction d'ensemble: elle se fera par des réalisations concrètes - créant d'abord une solidarité de fait."

Robert Schuman, 9 de Maio de 1950

Os contornos da economia e sociedade globais modificaram-se consideravelmente, com especial destaque para as últimas duas décadas. A globalização da produção e dos mercados financeiros, o ritmo crescente da inovação e progresso tecnológico provocaram alterações muito significativas nas economias nacionais e regionais, nomeadamente no que respeita ao padrão de criação de emprego e de organização do trabalho.

Se alguns destes factores exerceram uma influência positiva, a realidade, principalmente no contexto europeu, aponta para crescentes níveis de desemprego (estrutural, na sua maior parte) e de exclusão social, ao mesmo tempo que a União Europeia (UE) avança para um período complexo na sua história, com a criação da União Económica e Monetária (UEM), o alargamento a alguns Países da Europa Central e Oriental (PECO), a Reforma da Política Agrícola Comum (PAC) e as Perspectivas Financeiras para o início do próximo século.

Poderíamos, assim, identificar, alguns vectores fundamentais que ressaltam da fase actual de instabilidade económica, financeira e, potencialmente, social e política, reflectindo-se com particular acuidade sobre a integração europeia, nos seus desafios mais importantes, o Aprofundamento e o Modelo Social Europeu e o Alargamento e a Configuração do Cenário Europeu.

De entre esses vectores, destacaríamos o Processo de Globalização e suas consequências, que condicionam a concretização dos desafios acima apontados, e a insuficiência do pensamento teórico e estratégico, bem como a fraqueza da liderança política a nível europeu, com reflexos sobre a regulação político-económica, que limita a prossecução daqueles.

1. Processo de Globalização e suas consequências

Qualquer referência às características da economia e sociedade dos nossos dias evidencia, sem grandes hesitações, a importância da Globalização.

Utilizando a definição de **McGrew**, diríamos que a Globalização se refere à multiplicidade de ligações e interconexões entre os Estados e as Sociedades que caracterizam o actual sistema mundial. Descreve, assim, o processo pelo qual os acontecimentos, decisões e actividades levadas a cabo numa parte do mundo acarretam consequências significativas para os indivíduos e comunidades em zonas distintas do globo.



A Globalização (seja ela financeira, dos mercados e estratégias empresariais, da tecnologia e Investigação e Desenvolvimento, dos modos de vida e padrões de consumo ou das capacidade de governação e regulação) compreende, assim, duas dimensões essenciais. Por um lado, define um conjunto de processos que abrange a maior parte do globo, e com reflexos a nível mundial; isto é, tem, por isso, uma conotação espacial. Por outro lado, traduz-se numa intensificação dos níveis de interacção e interdependência, com base em agentes económicos, que se reflectem na actuação dos Estados e Sociedades que constituem a comunidade mundial.

Em termos de actividade económica e produtiva, a globalização pressupõe a inexistência de quaisquer tipos de barreiras à livre circulação das trocas, factores produtivos e dos capitais de carácter especulativo (com alto grau de volatilidade), ou, em caso de persistência de obstáculos, a sua rápida eliminação.

As vantagens, habitualmente apresentadas, deste processo são veiculadas por abundante literatura e produção científica disponível sobre o tema.

Destacaríamos a mais frequentemente identificada pela teoria económica dominante: a remoção dos obstáculos à livre circulação das trocas e dos factores produtivos, quer seja feita a nível mundial (vg. GATT/OMC) quer a nível regional (vg. Mercado Interno Comunitário, ou, em menor escala, das Zonas de Comércio Livre, como a EFTA ou a NAFTA) contribui para uma melhor eficiência na afectação dos recursos produtivos, levando ao aumento

da produtividade dos mesmos e, em consequência, ao crescimento económico e, desejavelmente, ao emprego.

O ambiente de acrescida concorrência que um processo deste género acarreta irá implicar, necessariamente, uma competitividade permanente e em constante evolução por parte dos agentes económicos envolvidos, reforçando a 'performance' dos produtores mais capazes ou com maior capacidade de adaptação, e, simultaneamente, afastando os menos produtivos da actividade, contribuindo para a eficiência da economia (em sentido lato) como um todo. Assim, a par das vantagens que o pensamento económico dominante identifica, o processo de Globalização coloca um conjunto de desafios aos agentes envolvidos, sejam eles, entre outros, os Estados nacionais, as empresas transnacionais ou o cidadão comum.

Na verdade, este processo que se traduz pelo predomínio do financeiro sobre o económico, pelas cada vez mais rápidas mutações tecnológicas que encurtam processos de produção e ciclos de vida dos produtos, pela ruptura no compromisso social que caracterizava a sociedade europeia, em particular a partir do fim da segunda Guerra e pela uniformização de estilos e comportamentos, por via do eixo informação-cultura, põe em causa a estabilidade do emprego, aumentando o nível de desemprego estrutural e a consequente exclusão social, acentuando cada vez mais o fosso entre grupos sociais e países e, especialmente, entre regiões de um mesmo país, pondo ainda em risco a diversidade cultural, uma das bases para a universalidade de um desenvolvimento social harmonioso.

2. Insuficiência de Pensamento Teórico e Estratégico

É neste quadro de referência que assistimos actualmente, ao que poderemos classificar como duas insuficiências básicas, à escala mundial, mas cuja identificação e análise limitaremos à dimensão europeia, ou, mais propriamente, à UE, na dupla perspectiva do seu Aprofundamento e Alargamento.

Referimo-nos à **Insuficiência do Pensamento Teórico e Estratégico**, que aponte uma saída (sempre provisória) para a actual fase de crise económica e social, embora os tradicionais indicadores conjunturais actualmente disponíveis não sejam ainda alarmantes. Necessitamos de alguma inovação no domínio da teoria económica, que dê conta das actuais constatações e problemas, e aponte saídas com alguma consistência. Na verdade, após o fim da Ordem Bipolar, afirma-se hoje um hegemonismo solitário, sem perspectiva estratégica, que começa a apresentar algumas características de esgotamento.

Está em causa a necessidade de uma Nova Ordem Internacional, que atenda a interesses e identidades nacionais e regionais, já que o Estado Nação persiste, embora integrado em alianças económicas e políticas regionais, muitas vezes paradoxais ou contraditórias, mas que necessitam de encontrar expressão, sob pena de exacerbar frustrações sociais, nacionais ou regionais.

Na verdade, é cada vez menos verosímil fazer cair o ónus da preocupante situação económico-social em que se encontra a Europa comunitária sobre as divergências político-doutrinárias dos vários Estados-Membros (EM), quando, num total de 15 Governos, 13 são, teoricamente, de inspiração socialista e social-democrata.

A mudança de orientação política na Alemanha, tradicionalmente associada à ortodoxia económica, deveria permitir o desenvolvimento de políticas macroeconómicas menos restritivas e mais propiciadoras de criação de emprego. De facto, como compreender que um conjunto de Governos empenhados num processo de integração com objectivos tão ambiciosos como é o caso da União Europeia, e, principalmente, confrontados, em maior ou menor escala, com o problema do desemprego, não esbocem mais do que meras tentativas para harmonizar as respectivas políticas económicas no que diz respeito à dinamização do crescimento económico?

Perante a actual crise nos mercados financeiros, nas vésperas do lançamento do euro e da entrada em vigor do Tratado de Amesterdão, o novo contexto mundial, dominado pela Globalização, e a predominância de governos doutrinariamente próximos, deveria conduzir a Europa a reorientar a sua política económica e social. É indiscutível que a Europa, e, em particular, a UE, precisa actualmente de uma estratégia mais ambiciosa de crescimento, emprego e coesão social. Os interesses nacionais sobrelevam ainda, e em muito, o que muitos designam por interesses comunitários.



3. Aprofundamento e Modelo Social Europeu

Contrariamente a momentos cruciais anteriores (por exemplo, o Acto Único Europeu, em 1986), o Tratado da União Europeia (TUE) foi negociado numa fase alta do ciclo económico e entrou em vigor numa fase descendente do mesmo (Novembro de 1993), depois de ter passado por um conjunto de vicissitudes, pelo que a sua decisiva 3ª Fase - passagem à moeda e política monetária únicas - acompanhada das políticas altamente restritivas que o Pacto de Estabilidade e Crescimento pressupõe, se arriscam a acelerar a desarticulação do Modelo Social Europeu (MSE), com a precarização, flexibilização, exclusão social e redução nas aquisições sociais.

A assinatura do TUE, em Fevereiro de 1992, levou à definição de um conjunto de critérios para o estabelecimento de uma UEM, tornando pertinente uma reflexão mais aprofundada sobre as bases em que assenta o processo de integração europeia.

As normas fixadas pelo TUE condicionando a participação dos países europeus na última fase da UEM poderão ser consideradas, quase exclusivamente, de índole monetária e financeira, tendo como objectivo aproximar os comportamentos dos países da União em matéria de inflação, défice orçamental, dívida pública e taxas de câmbios. Ou seja, o que ficou conhecido por Convergência Nominal .

A hipótese subjacente ao TUE é a de que a estabilidade dos principais indicadores monetários, cambiais e orçamentais deverá favorecer o crescimento e a integração económica, de tal modo que os países que consigam registar valores e taxas de crescimento semelhantes para os referidos agregados macroeconómicos, deverão ver convergir as suas estruturas económicas e o respectivo grau de desenvolvimento, viabilizando a implementação da UEM. Neste contexto, a Convergência Nominal deverá favorecer, ou mesmo impulsionar, a Convergência Real.

Como se sabe, esta tese não é pacificamente aceite. Vários autores a põem em causa. Por exemplo, para J-P Fitoussi¹, " (...) Não se pode, a priori, excluir a hipótese inversa: prosseguir na senda da Convergência Nominal pode revelar-se muito doloroso para os países mais pobres da CE, geralmente os mais distanciados dos objectivos nominais adoptados; poderá mesmo daí resultar um processo de divergência real. Por que não escolher uma abordagem alternativa para a UEM, fixando as prioridades em termos de crescimento e emprego. De outro modo, por que motivo a Europa não optou por um plano que colocasse a Convergência Real como primeira etapa em direcção à UEM, em vez da Convergência Nominal?"

O estudo do comportamento da economia europeia nos últimos 30 anos tenderá a confirmar a ideia de que, embora constituindo um factor de estabilidade e crescimento, a manutenção do equilíbrio nos indicadores monetários, cambiais e orçamentais não se terá revelado de grande utilidade

em situações de crise económica, geralmente provocadas por factores exógenos. Veja-se o caso da crise desencadeada pelo aumento dos preços do petróleo em 1973 e 1979² e a desaceleração do crescimento económico mundial no início dos anos 90. Tal como se havia verificado na década de 70, as diferenças persistentes entre as estruturas produtivas e níveis de vida que caracterizam os países europeus colocariam em relevo, do nosso ponto de vista, a incapacidade de uma orientação económica baseada nos pressupostos da Convergência Nominal para resolver os desafios adversos que se deparavam. Para além do mais, a coordenação de políticas económicas e o princípio da Coesão Económica e Social (CES), que deveriam ajudar os países economicamente mais débeis a superar a distância que os separa dos mais fortes, foram rapidamente esquecidos pelas economias motrizes da União, mais preocupadas em resolver os seus problemas internos, nomeadamente a economia germânica.

Os países da Europa Ocidental foram muito mais longe do que outros (ver, por exemplo, os Estados Unidos, ou algumas Economias Emergentes do Sudeste Asiático) na via do capitalismo liberal associado à eficácia económica e à solidariedade social. O reforço do papel dos Fundos Estruturais como contribuintes significativos para a procura da CES aprovado na Cimeira de Edimburgo e o aumento substancial dos níveis de desemprego evidenciam de forma clara a necessidade de medidas de apoio mais

¹ In " Entre convergences et intérêts nationaux: L'Europe", sob a direcção de J.P.Fitoussi; References OFCE; Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques; Paris, 1994; pp. 69 - 70.

² De momento, assumimos a coincidência temporal entre o aumento dos preços do petróleo e a estagnação/retrocesso do crescimento económico a nível mundial, embora retenhamos a ideia, defendida por vários autores de que a inversão na tendência do crescimento económico teria tido início na segunda metade da década de 60.

profundas que permitam potenciar os efeitos do Mercado Único Europeu, corrigindo, simultaneamente, as distorções por este provocadas.

Urge, no entanto, questionar se as suas elites políticas (ou os interesses financeiros) estão dispostas a renunciar a este equilíbrio frágil, aceitando o aumento do desemprego, com o propósito de restabelecer o ajustamento económico, e funcionando como variáveis residuais o crescimento económico ou o aumento da exclusão social³.

A experiência do *New Deal*, nos Estados Unidos e a Teoria Keynesiana ensinaram aos Governos a definição e aplicação de políticas macroeconómicas para amortecer os efeitos dos ciclos conjunturais, de evolução cada vez mais vertiginosa e previsão crescentemente falível, o que permitiu uma expansão económica durante várias décadas. O progresso na gestão das economias, traduzido na regulação da conjuntura, está hoje colocado em questão.

Tal facto não seria demasiado preocupante se os países europeus tivessem renunciado à sua autonomia na definição das principais políticas anti-cíclicas em proveito de uma política macro-económica comunitária. Na verdade, verifica-se que esta última não existe, com excepção das preocupações em

³ A vaga de Fusões e Aquisições que tem caracterizado os movimentos de reorganização empresarial, num contexto de concorrência acrescida, reflecte-se com particular acutilância no aumento do desemprego. Os dados disponíveis apontam para o desaparecimento de cerca de 100 mil empregos, como consequência da vaga de grandes fusões e de reestruturações empresariais dos últimos meses, em vários sectores de actividade, com destaque para os sectores Petrolífero, Farmacêutico, Aeronáutica e Banca.

matéria de estabilidade monetária, cambial e orçamental, sem dúvida, importantíssima, mas limitativa sem o necessário acompanhamento social.

Daí o elevado risco potencial de recessão económica e de instabilidade social. O Pacto de Estabilidade e Crescimento foi uma proposta e imposição alemãs, que se pode transformar num pesadelo europeu. Há aqui um bloqueamento teórico e um desfasamento prático.

O desemprego e conseqüente exclusão social vão minando, progressivamente, a sociedade europeia, gerando, cada vez mais, sentimentos de frustração, insegurança e, principalmente, afastamento das populações em relação ao projecto europeu. Não será talvez descabido relembrar aqui as palavras de Jean Monnet, aquando da formação da Comunidade Europeia de Carvão e do Aço (em 1952):

" Nous ne coalisons pas les États - nous unissons les Hommes."

A degradação das condições sociais na maior parte dos países da União Europeia, associadas às alterações na estrutura demográfica (envelhecimento crescente da população, aumento dos encargos com pensões de reforma, maior pressão sobre os contribuintes activos, que entram cada vez mais tarde no mercado de trabalho) exerce uma pressão crescente nas premissas tradicionais do MSE, assente na Solidariedade e estabilidade do emprego.

A necessidade de alterar este processo de *'Regressão Social'* é cada vez mais consensual, pelo menos nos meios académicos. É disto exemplo o recém publicado *'Manifesto dos Economistas sobre o Desemprego na União Europeia'*, subscrito, entre outros, por Jean-Paul Fitoussi, Franco Modigliani ou Robert Solow. Este Manifesto inicia-se com uma crítica vigorosa ao *'pensamento único'*, apelando aos incentivos ao investimento e à poupança como meios de reforçar o crescimento económico, defendendo ainda extensas reformas do mercado de trabalho na Europa, sem que esta Europa tenha de abdicar da sua versão de Estado- Social.

Os pontos essenciais do **Manifesto** sugerem um conjunto de propostas que passam pela expansão do investimento público, com recurso a financiamento semelhante ao do sector privado (levantando, mais uma vez, a hipótese das polémicas *'eurobonds'*), o aumento substancial dos fundos estruturais e coordenação das principais políticas económicas a nível comunitário, com uma acção directa por parte do Banco Central Europeu, que devia assumir como prioridade, juntamente com o controlo da inflação, a descida do desemprego e a criação de emprego.

Resta ainda referir que, em matéria de disparidades regionais, a situação na Europa não se apresenta plenamente satisfatória. Se considerarmos o *Primeiro Relatório sobre a Coesão* [Com (96) 542 Final], publicado pela Comissão das Comunidades Europeias em Novembro de 1996, e elaborado de acordo com o Artº 130 do TUE, podemos detectar alguns elementos na evolução intracomunitária que sugerem alguma reflexão:

- Tomando como exemplo a economia portuguesa, verificamos que, em termos de PIB per capita, em paridade de poder de compra, Portugal passou de 55,1% da média comunitária, em 1983, para 68,2%, em 1993. Paralelamente, a disparidade regional, medida pelo desvio padrão, acentuou-se, acompanhando a maioria dos países para os quais existem dados disponíveis.
- No que respeita à distribuição do rendimento e à pobreza, a parte dos salários no PIB baixou, entre 1983 e 1993, em todos os EM, com excepção do Reino Unido. Assinale-se, porém, a descida de quase dez pontos percentuais que se verificou em Portugal. Quanto à percentagem de população que vive abaixo do limiar da linha de pobreza (definida como a proporção de famílias cujo rendimento é igual ou inferior a 50% do rendimento familiar médio do respectivo país), os dados para a economia portuguesa revelam que mais de 25% das famílias portuguesas viviam abaixo da linha de pobreza no início dos anos 90, constituindo o valor mais elevado do conjunto da UE.

O exemplo da economia portuguesa, a que poderemos juntar o caso da Grécia e, em menor escala, o da Espanha, sugerem a persistência de disparidades profundas entre os níveis de desenvolvimento dos países que participam no projecto comunitário, em vésperas do lançamento da moeda única europeia.

Daqui se poderá retirar que sendo as realidades macro-económicas ainda consideravelmente diferenciadas entre os EM, os efeitos das políticas económicas aplicadas são igualmente bastante distintos, correndo-se mesmo o risco de regras comunitárias uniformes virem a reforçar as disparidades existentes.

As diferenças de estruturas existentes entre os países europeus implicam que, mesmo na hipótese de ocorrência de choques comuns, as medidas de ajustamento deviam ser definidas tendo em conta as especificidades de cada país e região em matéria de estrutura industrial, de especialização face ao exterior e respectiva inserção na divisão internacional do trabalho. A UE não dispõe dos meios necessários para se substituir aos EM no que respeita à definição de políticas anti-cíclicas eficazes, uma vez que o orçamento comunitário não comporta mecanismos que garantam o funcionamento de estabilizadores automáticos, ao contrário do que acontece, por exemplo, nos Estados Unidos.

Renunciando às políticas anti-cíclicas nacionais, o que acontece cada vez mais à medida que avança a UEM com base em critérios excessivamente ortodoxos, os EM renunciam às políticas de regulação da conjuntura no seio do espaço europeu, agravando ainda mais os problemas que hoje afectam o funcionamento e a competitividade da economia europeia, e exercendo uma pressão cada vez mais asfixiante sobre o MSE, erroneamente apontado, do nosso ponto de vista, como responsável pela desaceleração do crescimento económico na Europa.

4. Alargamento e configuração do cenário europeu

Um outro aspecto diz respeito ao Alargamento do espaço comunitário aos PECO. À necessidade política de alargar e estabilizar as fronteiras do espaço económico hegemonizado pela Alemanha, contrapõem-se as resistências face aos riscos intracomunitários de financiamento e aproveitamento assimétrico dos novos mercados.

Gostaríamos, assim, de chamar a atenção, como elemento de reflexão e prospectiva, para as propostas contidas na "**Agenda 2000**" [Boletim da União Europeia - suplemento 5/97], onde se equaciona o novo Quadro financeiro que deverá orientar a actividade e o financiamento da União a partir do ano 2000. Tendo presente que o alargamento aos PECO, cujo rendimento médio não ultrapassa os 32% da média comunitária⁴, deverá ser feito sem o recurso ao aumento das contribuições financeiras dos actuais EM, facilmente se perspectivam as consequências que daí advirão, principalmente para os actuais EM menos prósperos, como é o caso do português. Na verdade, segundo dados apresentados pela Comissão, se o 4º Alargamento da União Europeia se caracterizara por um ligeiro acréscimo do PIB médio comunitário (se não incluirmos o impacto da integração dos länder da antiga R.D.A.), não existem dúvidas de que os próximos aderentes irão contribuir para a descida nítida do rendimento médio no seio da futura União alargada.

⁴ Ver " Agenda 2000: Pour une Union plus Forte et Plus Large"; Boletim da União Europeia; Suplemento 5/97; pág.149.

Cerca de um ano após a apresentação dos grandes princípios da Agenda 2000 relativamente ao financiamento do alargamento da União Europeia, as discussões entre os 15 EM continuam em aberto, repetindo as experiências das duas rondas de negociações que precederam as anteriores Perspectivas Financeiras, definidas em 1988 e em 1992, e reflectindo as posições divergentes dos vários países face à entrada dos PECO.

A actual fase de indefinição que atravessa o processo de integração na Europa, associada à relativa estagnação económica que caracteriza a economia europeia, leva a que as actuais negociações se desenrolem sob o signo da poupança, traduzida no facto dos países do Norte da Europa pretenderem efectuar a adesão dos novos membros sem um aumento das despesas, pelo que os dois principais capítulos do orçamento comunitário - a PAC e as Acções Estruturais- terão de ser submetidos a profundas reformas, penalizantes para os países menos prósperos do espaço comunitário.

A pretensão dos maiores contribuintes para o orçamento comunitário de reduzir em cerca de 20% os montantes previstos para a agricultura e para os fundos estruturais, durante os sete anos de vigência das novas Perspectivas Financeiras, e a concentração dos auxílios, no que respeita à aplicação das verbas dos fundos estruturais, conferindo maior ponderação ao critério do desemprego, acabaria por prejudicar seriamente os denominados **Países da Coesão**, principalmente Portugal, cuja taxa oficial de desemprego é, relativamente, mais reduzida do que a média comunitária, pondo em causa, mais do que nunca, o princípio da CES.



Acresce ainda que, tendencialmente, os principais beneficiados com a adesão dos PECO serão precisamente os países mais desenvolvidos da actual União Europeia, quer pela proximidade geográfica, que transforma aqueles em extensões naturais dos respectivos mercados, quer pela capacidade competitiva das empresas originárias dos países do Norte da Europa em captar os financiamentos para recuperação das economias do leste da Europa, que serão, para além disso, concorrentes directos dos países da Coesão na captação dos fluxos de Investimento Directo Estrangeiro e em produções que constituem uma parte substancial da estrutura produtiva destes países.

No que respeita à posição relativa dos candidatos, poderá dizer-se que à atitude pró-adesão dos PECO contrapõe-se uma atitude de reserva, senão mesmo de oposição, por parte da opinião pública da maior parte dos países da União Europeia. Há aqui, nitidamente, um desfasamento entre as elites económicas e políticas e o 'senso comum' dos povos.

Daí que ao lado da 'cooperação reforçada positiva' (quem quiser avançar não será bloqueado pelos restantes), aprovada em Amesterdão, em Junho de 1997, se possa hoje antever uma 'cooperação reforçada negativa' (aqueles que querem avançar mas são bloqueados...).

Estamos, assim, perante um aparente vazio estratégico sobre a futura configuração da arquitectura europeia, que pode sintetizar-se na interrogação "Quais as diferentes fronteiras europeias do futuro?", ou seja, onde

começam e acabam níveis e graus diferentes de aplicação do acervo comunitário.

A definição de um novo 'policy mix' para a política económica e social da UE exige, assim, no contexto de uma nova evolução política e institucional, uma maior coordenação e solidariedade entre os EM, permitindo que a gestão corrente do dia a dia não esqueça ou subestime a reflexão estratégica sobre o futuro.

Bibliografia

- ADDA, J. (1996) - "A Mundialização da Economia, Volume 2- Problemas"; Terramar, Lisboa.
- ARTUS, P. e Muet, P.A. (1995) - "Théories du Chômage"; Economica; Paris
- Boletim da União Europeia - Suplemento 5/97 (1997) - "Agenda 2000: Pour une Union plus Forte et Plus Large"; Estrasburgo/Bruxelas.
- Comissão das Comunidades Europeias (1996) - "Primeiro Relatório sobre a Coesão", Com(96) 542 Final, Bruxelas.
- COSTA, C.G. (1998) - " O Enquadramento Institucional do Comércio Internacional"; Documento de Trabalho N°1/98; CEDIN.
- CRAFTS, N. e Toniolo, G. (1996) - " Economic Growth in Europe Since 1945", Editado pelo *Centre for Economic Policy Research*, Cambridge University Press, Reino Unido.
- GRJEBINE, A. (1992) - "Maastricht: s'est trompé d'Europe?", in *Les Cahiers du CERI*, n°3;



- FITOUSSI, J.P. (1997) - "O Debate - Tabu: Moeda, Europa, Pobreza", Terramar, Lisboa.

- FITOUSSI, J.P. (1994) - "Entre convergences et intérêts nationaux: L'europe", References OFCE; Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, Paris.

- Grupo de Lisboa (1994) - "Limites à Competição", Fundação Calouste Gulbenkian; Publicações Europa-América, Lisboa.

- ROMÃO, A. (1997) - "Algumas Reflexões sobre o Desemprego num contexto de Integração e Globalização"; Documento de Trabalho N°1/97; CEDIN.

- ROMÃO, A. (1995) - " Algumas Reflexões sobre o Processo de Integração Europeia - Que Perspectivas?"; Documento de Trabalho N°5/95; CEDIN.

the 1990s, the number of people in the UK who are aged 65 and over has increased from 10.5 million to 13.5 million (19.5% of the population).

There is a growing awareness of the need to address the needs of older people, and the Government has set out a strategy for the 21st century in the White Paper on *Ageing Better: A Strategy for the 21st Century* (Department of Health 1999). This strategy is based on the following principles:

- Older people should be able to live independently and actively in their own homes.
- Older people should be able to live in their own communities.
- Older people should be able to live in their own homes and communities for as long as possible.

There is a growing awareness of the need to address the needs of older people, and the Government has set out a strategy for the 21st century in the White Paper on *Ageing Better: A Strategy for the 21st Century* (Department of Health 1999). This strategy is based on the following principles:

- Older people should be able to live independently and actively in their own homes.
- Older people should be able to live in their own communities.
- Older people should be able to live in their own homes and communities for as long as possible.

There is a growing awareness of the need to address the needs of older people, and the Government has set out a strategy for the 21st century in the White Paper on *Ageing Better: A Strategy for the 21st Century* (Department of Health 1999). This strategy is based on the following principles:

- Older people should be able to live independently and actively in their own homes.
- Older people should be able to live in their own communities.
- Older people should be able to live in their own homes and communities for as long as possible.

There is a growing awareness of the need to address the needs of older people, and the Government has set out a strategy for the 21st century in the White Paper on *Ageing Better: A Strategy for the 21st Century* (Department of Health 1999). This strategy is based on the following principles:

- Older people should be able to live independently and actively in their own homes.
- Older people should be able to live in their own communities.
- Older people should be able to live in their own homes and communities for as long as possible.

There is a growing awareness of the need to address the needs of older people, and the Government has set out a strategy for the 21st century in the White Paper on *Ageing Better: A Strategy for the 21st Century* (Department of Health 1999). This strategy is based on the following principles:

- Older people should be able to live independently and actively in their own homes.
- Older people should be able to live in their own communities.
- Older people should be able to live in their own homes and communities for as long as possible.

There is a growing awareness of the need to address the needs of older people, and the Government has set out a strategy for the 21st century in the White Paper on *Ageing Better: A Strategy for the 21st Century* (Department of Health 1999). This strategy is based on the following principles:

- Older people should be able to live independently and actively in their own homes.
- Older people should be able to live in their own communities.
- Older people should be able to live in their own homes and communities for as long as possible.